
Estatutos da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Miquelina Pombo

Capítulo I Da Denominação, Objecto, Natureza, Sede, e Fins

Artigo 1.º Denominação

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Miquelina Pombo, designada nestes estatutos abreviadamente por APEBMP, congrega e representa os Pais e Encarregados de Educação dos alunos que frequentam este estabelecimento de ensino e que a ela queiram aderir, nestes estatutos designados por associados.

Artigo 2.º Objecto

À APEBMP compete assegurar a efectivação dos direitos e deveres que assistem aos pais e encarregados de educação em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos, de acordo com a legislação em vigor, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento de relações solidárias entre toda a comunidade educativa.

Artigo 3.º Natureza e Sede

1. A APEBMP é uma instituição sem fins lucrativos, com duração ilimitada, que se regerá pelos presentes estatutos e, nos casos omissos, pela lei geral.
2. A APEBMP exercerá as suas actividades sem subordinação a qualquer ideologia política ou religiosa.

A APEBMP tem a sua sede social nas instalações da Escola Básica Miquelina Pombo na Rua Hermínia Silva , Vale Figueira, freguesia da Sobreda, concelho de Almada.

Artigo 4.º Fins

1. São fins da APEBMP:
 - a) Promover a formação dos Pais e Encarregados de Educação, enquanto membros da comunidade educativa, habilitando-os ao cabal desempenho da sua missão de educadores e membros dos órgãos de gestão da escola;
 - b) Criar e desenvolver condições para o funcionamento da Componente de Apoio à Família no estabelecimento de ensino, cujo funcionamento é definido através de regulamento interno próprio.
 - c) Defender os interesses morais, culturais e físicos dos educandos e intervir no estudo e resolução dos problemas respeitantes às questões da educação e da juventude que se coloquem ao nível da escola ou local.
 - d) Fomentar e dinamizar a colaboração permanente entre os alunos, corpo docente e associados, bem como criar condições para a efectiva participação destes últimos na tarefa educativa que lhes compete;

-
- e) Promover a designação de representantes da Associação nos diversos órgãos da Escola onde tenham assento em parceria com a associação de pais do agrupamento, bem como junto de outras entidades interessadas no domínio da Educação;
 - f) Pronunciar-se junto do Conselho Executivo da escola ou de outras entidades competentes na defesa dos interesses dos alunos;
 - g) Conhecer a opinião dos associados sobre problemas educativos e culturais ou outros de interesse para os seus educandos, dando deles conhecimento ao Conselho Executivo da escola, e se necessário, a outras entidades;
 - h) Fomentar actividades de carácter pedagógico, formativo, cultural, científico, social e desportivo;
 - i) Intervir, como parceiro social, junto de autarquias, autoridades e outras instituições, de modo a possibilitar e facilitar o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres que cabem aos Pais e Encarregados de Educação;
 - j) Fomentar a colaboração efectiva entre todos os intervenientes no processo educativo, com finalidades convergentes ou complementares, salvaguardando a independência em relação a quaisquer organizações nacionais, estrangeiras ou internacionais;
 - k) Exercer actividades que, não dizendo respeito a aspectos meramente educativos, se relacionem com estes e com a defesa e apoio da instituição familiar;
 - l) Criar condições para a celebração de parcerias de âmbito cultural, científico e profissional;
 - m) Promover, divulgar e defender a implementação e o respeito pelas Carta Europeia dos Direitos Fundamentais; Declaração Universal dos Direitos Humanos e Convenção dos Direitos da Criança.
2. Compete à APEBMP:
- a) Pugnar pelos justos e legítimos interesses das famílias na sua posição relativa à escola, à educação e à cultura;
 - b) Estabelecer o diálogo necessário para a recíproca compreensão e colaboração entre todos os membros da escola;
 - c) Promover o estabelecimento de relações com outras associações similares ou suas estruturas representativas, visando a representação dos seus interesses junto do Ministério da Educação.

Capítulo II Dos Associados

Artigo 5.º Associados

- 1. Podem ser associados da APEBMP:
 - a) Todos os pais e encarregados de educação dos alunos da Escola Básica Miquelina Pombo que voluntariamente se inscrevam na Associação, considerando-se socios efectivos;
 - b) Qualquer pessoa ou entidade que, em assembleia-geral, por proposta da direcção ou de 10% dos associados, seja aprovado como tal, considerando-se sócio honorário.
- 2. A inscrição como associado deverá ser efectuada:
 - a) No acto da matrícula/inscrição do seu educando(a).
 - b) Em qualquer outro momento, no decorrer do ano lectivo.

Artigo 6.º

Direitos e Deveres

1. São direitos dos associados:
 - a) Participar nas Assembleias-gerais e em todas as actividades da APEBMP;
 - b) Eleger e serem eleitos para os órgãos sociais da APEBMP;
 - c) Recorrer à APEBMP para apoio na resolução de problemas relativos ao seu educando;
 - d) Serem mantidos ao corrente de toda a actividade da APEBMP;
 - e) Participar em grupos de trabalho que venham a constituir-se no âmbito do plano de actividades;
 - f) Aceder e examinar, toda a documentação e contas relativas à APEBMP, na sua sede e em datas a estabelecer pelo Conselho Executivo em exercício;
 - g) Propor aos Órgãos Sociais iniciativas de comprovado interesse pedagógico para os alunos;
 - h) Apresentar propostas e soluções que entendam poder contribuir para a concretização dos objectivos traçados no plano de actividades.
2. São deveres dos associados:
 - a) Cumprir os presentes estatutos;
 - b) Cooperar nas actividades da APEBMP;
 - c) Exercer, com zelo e diligência, os cargos para que forem eleitos;
 - d) Respeitar os órgãos sociais assim como os restantes associados;
 - e) Pagar as quotas que forem fixadas em Assembleia-geral.
3. Perdem a qualidade de associados:
 - a) Os pais ou encarregados de educação cujos educandos deixem de estar matriculados na Escola Básica Miquelina Pombo.
 - b) Os que o solicitem por escrito;
 - c) Os que infringirem o que se encontra estabelecido nos presentes estatutos;
 - d) Os que não satisfaçam as suas quotas no prazo que lhes venha a ser comunicado.

Capítulo III

Dos Órgãos Sociais

Artigo 7.º

Órgãos

1. São Órgãos Sociais da APEBMP: a assembleia-geral, o conselho executivo e o conselho fiscal.
2. Os membros da mesa da assembleia-geral, o conselho executivo e o conselho fiscal são eleitos anualmente, por sufrágio directo e secreto pelos associados que compoñham a assembleia-geral.
3. É admitida a eleição de membros para o mesmo órgão constante da alínea 2. por dois ou mais anos consecutivos.
4. Sempre que possível deverá a composição dos Órgãos Sociais representar todos os ciclos de ensino.

Secção 1.ª

Assembleia-geral

Artigo 8.º

Composição

1. A Assembleia-geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

2. A Assembleia-geral considera-se legalmente constituída se estiverem presentes, pelo menos, um terço dos associados, funcionando meia hora mais tarde com qualquer número de associados.

3. Não é permitida a participação aos associados com dívidas à associação de quaisquer quotas ou por actividades por esta prestadas, sem a sua satisfação até ao penúltimo dia antes da realização da assembleia.

Artigo 9.º

Mesa da Assembleia-geral

1. A mesa da Assembleia-geral é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário;
2. O presidente da mesa será substituído, na sua falta comprovada, pelo vice-presidente ou na ausência comprovada de ambos, pelo secretário.

Artigo 10.º

Funcionamento da Assembleia-geral

1. A assembleia geral reúne obrigatoriamente em cada ano civil até 15 de outubro para discussão e aprovação do relatório anual de actividades e contas do exercício anterior, eleição dos órgãos sociais, aprovação do orçamento e plano de actividades da direção para o ano lectivo seguinte.

2. A Assembleia-geral reúne também por requerimento da sua convocação ao presidente da mesa, pelo presidente do conselho executivo, do presidente do conselho fiscal ou por petição subscrita por, pelo menos, vinte associados no pleno gozo dos seus direitos.

§único. Quando pedida por petição, a assembleia geral só funcionará se estiverem presentes noventa por cento dos peticionários.

Artigo 11.º

Convocatória

1. A convocatória para a Assembleia-geral será feita com a antecedência mínima de oito dias por circular enviada a todos os associados, indicando a data, hora, local e ordem de trabalhos.
2. A convocatória para a Assembleia-geral é afixada sob a forma de edital em local acessível a toda a comunidade educativa.
3. Quando requerida, a assembleia geral deverá realizar-se no prazo máximo de 15 dias.

Artigo 12.º

Competências

1. Compete à Assembleia-geral:

- a) Aprovar e alterar os estatutos;
- b) Eleger a sua mesa e os restantes órgãos sociais;
- c) Eleger o associado ou associados que devem substituir os elementos cujo mandato tenha sido revogado;
- d) Apreciar e aprovar, com o parecer do conselho fiscal, o relatório e contas do conselho executivo e o relatório de actividades;
- e) Apreciar e votar o plano de actividades e o orçamento;
- f) Apreciar e votar a integração da APEBMP em Federações e/ou Confederações de associações similares;

-
- g) Fixar o valor da quota anual a pagar, bem como os prazos e a sua forma de pagamento;
 - h) Exonerar associados sob proposta do Conselho Executivo;
 - i) Decidir da extinção da Associação e deliberar sobre o destino a dar aos bens da mesma;
 - j) Pronunciar-se sobre outros assuntos que sejam submetidos à sua apreciação.
2. Compete ao Presidente da mesa da Assembleia Geral
- a) Convocar as assembleias-gerais e dirigir os respectivos trabalhos;
 - b) Presidir e fiscalizar o processo eleitoral e manter actualizados os cadernos eleitorais;
 - c) Dar posse ao novo presidente da mesa da assembleia-geral;
 - d) Assinar as actas das sessões e proceder à legalização dos livros respeitantes à assembleia-geral;
 - e) Providenciar no sentido de, no prazo de oito dias após a assembleia-geral, ser afixada na escola em local apropriado para o efeito, fotocópia da acta da respectiva sessão

Secção 2.ª

Conselho Executivo

Artigo 13.º

Composição

1. A APEBMP é gerida por um Conselho Executivo constituído por um mínimo de cinco associados, que preferencialmente representem todos os níveis de ensino que funcionam na escola.
2. O Conselho Executivo integra sempre um número impar de associados e é constituído por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e vogais.

Artigo 14.º

Reuniões

O Conselho Executivo reúne mensalmente e sempre que o presidente ou a maioria dos seus membros o solicite.

Artigo 15.º

Competências

1. Compete ao Conselho Executivo:
 - a) Prosseguir os objectivos para que foi criada a APEBMP;
 - b) Executar as deliberações da Assembleia-geral;
 - c) Administrar os bens da APEBMP;
 - d) Submeter à Assembleia-geral o relatório anual de actividades e contas para discussão e aprovação;
 - e) Representar a APEBMP;
 - f) Propor à Assembleia-geral o montante da quota anual a fixar para o ano seguinte;
 - g) Admitir os associados;
 - h) Propor, à Assembleia-geral, a exoneração de associados;
 - i) Cooperar com o Conselho Executivo da Escola, o seu Corpo Docente e não Docente, em todos os assuntos de interesse comum em que a APEBMP tenha participação activa ou meramente consultiva;
 - j) Nomear os representantes da APEBMP junto de organismos nacionais e internacionais, credenciados e directamente ligados às questões da educação para intercâmbio de experiências e ideias passíveis de aplicar na nossa escola;

-
- k) Promover reuniões com os Encarregados de Educação representantes de turma, para auscultar e registar os problemas da escola em geral e das turmas, a fim de propor soluções ao Conselho Executivo da Escola;
- l) Fica permitido o voto por correspondência, assim a direcção devesse decidir no início do mandato se irá ou não utilizar o voto por correspondência, a deliberação do conselho que permita o voto por correspondência é livremente revogável, por maioria simples dos seus membros. As decisões votadas por este meio deverão ser colocadas em acta de reunião mensal do conselho executivo.
2. Compete ao presidente do conselho executivo:
- a) Representar o conselho executivo;
 - b) Convocar os membros do conselho executivo para as reuniões e presidir às mesmas;
 - c) Dirigir e coordenar os trabalhos, executando e fazendo executar as deliberações do conselho executivo;
 - d) Gerir financeiramente a associação juntamente com o secretário e o tesoureiro;
 - e) Assinar as actas das reuniões do conselho executivo;
 - f) Proceder à gestão do pessoal ao serviço da associação.
3. Compete ao vice-presidente coadjuvar e substituir o presidente na sua falta ou impedimento.
4. Compete ao secretário e tesoureiro as atribuições que normalmente cabem a estas funções.
- Os membros do conselho executivo são solidariamente responsáveis pelas decisões tomadas no exercício das suas funções e competências, quando em acta não se tenham a elas oposto

Artigo 16.º

Funcionamento

- 2- O Conselho executivo reunirá, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que o seu presidente ou a maioria dos seus membros o solicite.
- 3- Poderão participar, quando convidados, nas reuniões do conselho executivo:
- a) Os membros da mesa da assembleia-geral;
 - b) Os membros do conselho fiscal;
 - c) Um representante do conselho executivo da escola, qualquer outro professor ou qualquer pessoa que para tal tenham sido, justificadamente, convidados.

Secção 3ª

Conselho Fiscal

Artigo 17.º

Composição

O Conselho Fiscal é constituído por três membros: um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

Artigo 18.º

Competências

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Dar parecer sobre o relatório anual de actividades e contas do Conselho Executivo;
- b) Verificar, trimestralmente, a legalidade das despesas efectuadas e do cumprimento do orçamento e a conformidade estatutária dos actos do Conselho Executivo.
- a) Fiscalizar a escrituração, livros e documentos da associação, quando julgue necessário;

-
- b) Emitir parecer sobre qualquer assunto, mediante pedido da assembleia-geral ou do conselho executivo da associação;
 - c) Requerer a convocação da assembleia-geral, nos termos estatutários;
 - d) Solicitar a qualquer órgão da associação as informações que entenda necessárias;
 - e) Cumprir as demais disposições impostas por lei no âmbito das suas funções.

Artigo 19.º

Reuniões

O Conselho Fiscal reúne uma vez por trimestre ou por solicitação de dois dos seus membros.

Secção 4ª

Eleições

Artigo 20º

Convocatória

1. Os membros dos Órgãos Sociais da APEBMP são eleitos anualmente por sufrágio directo e secreto.
2. As eleições efectuar-se-ão até 15 de Outubro, na reunião anual da Assembleia-geral, que funcionará durante a Assembleia como Assembleia Eleitoral.
3. Da respectiva convocatória constarão:
 - a) O dia, o local, a hora e a ordem de trabalhos;
 - b) Horário de abertura e encerramento da urna.

Artigo 21º

Caderno Eleitoral

1. Para efeitos eleitorais são considerados membros no pleno gozo dos seus direitos, todos os que cumpram as condições expressas no Capítulo II, Artigo 6.º, n.º 2, destes Estatutos.
2. Qualquer membro efectivo poderá reclamar, por escrito, da inclusão ou omissão de qualquer filiado, devendo as reclamações dar entrada na sede da APEBMP até 5 dias úteis antes da data designada para a Assembleia Eleitoral.
3. As reclamações serão apreciadas pela Mesa da Assembleia-geral até ao final do 2º dia útil seguinte ao termo do prazo fixado no número anterior, com conhecimento da decisão ao associado reclamante.

Artigo 22.º

Candidaturas

1. As listas candidatas deverão dar entrada na sede da APEBMP até dez dias úteis antes do acto eleitoral.
2. As candidaturas podem ser apresentadas por associados que cumpram as condições expressas no Capítulo II, Artigo 6.º, destes Estatutos, em número não inferior a 11 membros efectivos.
3. Qualquer membro efectivo pode ser subscritor da sua própria candidatura, mas é-lhe interdito subscrever mais de uma lista.
4. Todas as candidaturas deverão ser acompanhadas de declaração do associado proposto, no qual se confirme a aceitação do cargo para que é candidato.

5. Será obrigatório, com a apresentação da lista, esta vir acompanhada de um projecto de Actividades e de um orçamento provisório, para o mandato a que se candidata.

6. Na apresentação das candidaturas, os proponentes deverão indicar qual de entre eles será o mandatário da lista e exercerá as funções de vogal verificador, fazendo, como observador, parte da Comissão Eleitoral.

Artigo 23.º

Votação

1. A votação efectuar-se-á por escrutínio secreto, tendo como horário o indicado na convocatória, apenas podendo votar os membros efectivos em pleno gozo dos seus direitos à data da eleição.

2. Haverá uma única mesa de voto constituída pela Comissão Eleitoral, que será composta pelos elementos da mesa da Assembleia-geral, mais os mandatários das listas, sendo estes estritamente observadores.

3. Encerrada a urna, proceder-se-á de imediato ao escrutínio, sendo considerada vencedora a lista que obtiver mais votos.

Artigo 24.º

Acto de Posse

Os eleitos serão empossados em sessão pública de Acto de Posse que deverá decorrer de seguida à proclamação da lista vencedora ou até 15 dias após o acto eleitoral.

a) O Presidente da Mesa da Assembleia-geral dará posse ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral eleito;

b) O novo Presidente da Mesa da Assembleia-geral dará posse aos restantes membros eleitos.

Capítulo IV

Do Regime Financeiro

Artigo 25.º

Receitas

Constituem receitas da APEBMP, nomeadamente:

a) As quotas dos associados;

b) As subvenções ou doações que lhe sejam concedidas;

Artigo 26.º

Vinculação e Movimentação

1. A APEBMP obriga-se no movimento de documentos de tesouraria com duas assinaturas, entre o presidente do conselho executivo, o vice-presidente e o tesoureiro.

2. Para o restante expediente, com um assinatura, preferencialmente a do presidente do conselho executivo.

3. As disponibilidades financeiras da APEBMP serão obrigatoriamente depositadas numa entidade bancária, em conta própria da associação.

Capítulo V

Dissolução

Artigo 27.º

Dissolução

Em caso de dissolução, o activo da APEBMP, depois de satisfeito o passivo, reverterá integralmente a favor da entidade que a Assembleia-geral determinar.

Capítulo VI

Disposições Gerais

Artigo 28.º

Exercício

Os membros dos corpos sociais exercerão os seus cargos sem qualquer remuneração.

Artigo 29.º

Regulamento Interno

Deverá ser elaborado e aprovado o Regulamento Interno, onde conste o funcionamento dos Órgãos Sociais, assim como o Regulamento Eleitoral.

O Regulamento Interno deverá ainda definir as representações externas, o funcionamento das comissões ou grupos de trabalho, o funcionamento da APEBMP assim como quaisquer matérias omissas nestes estatutos.

Artigo 30.º

Transitório

Entre a aquisição de personalidade jurídica pela APEBMP e a primeira Assembleia-geral que se realizar e que elegerá os seus primeiros Órgãos Sociais, esta será gerida por uma Comissão Instaladora constituída por um número ímpar de pais ou encarregados de educação, coordenados por um elemento eleito entre eles.

Estatutos aprovados em Assembleia-Geral Constituinte realizada na Escola Básica Miquelina Pombo, Vale Figueira, freguesia da Sobreda, no dia 07 de Junho de 2011.